

**MICRORREVOLUÇÕES EDUCACIONAIS: AS APROPRIAÇÕES DE DELEUZE E GUATTARI<sup>1</sup>**

**EDUCATIONAL MICRO-REVOLUTIONS: THE APPROPRIATION OF DELEUZE AND GUATTARI**

**MICRORREVOLUCIONES EDUCATIVA: LA APROPRIACIÓN DE DELEUZE E GUATTARI**

VINCI, Christian Fernando Ribeiro Guimarães  
christian.vinci@uemg.br  
UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais  
<https://orcid.org/0000-0003-2914-3032>

**RESUMO** O presente artigo procurará pensar os movimentos de difusão do pensamento de Gilles Deleuze e Félix Guattari no Brasil, compreendendo como a leitura desses autores dialogou com os movimentos políticos que tomaram corpo em nosso país nos anos 1974-1990. Posteriormente, procuraremos pensar a apropriação desses autores pelos estudos da área educacional a partir do surgimento do paradigma teórico que se convencionou chamar de "pós-crítico" em início da década de 1990. Com o surgimento dessa nova perspectiva, certas verdades pedagógicas passam a ser questionadas, como aquela que apregoa o poder emancipador do conhecimento, e o ideal de revolução presente nos estudos de acento crítico cedem lugar para uma perspectiva analítica que busca operar microrrevoluções.

**Palavras-chave:** Gilles Deleuze. Microrrevolução. Pesquisa Educacional.

**ABSTRACT** The present article aims to think the movements of diffusion of the thought of Gilles Deleuze and Felix Guattari in Brazil, understanding how the reading of these authors dialogued with the political movements that took shape in our country in years 1974-1990. Later, we will try to think about the appropriation of these authors by the studies of the educational area from the emergence of the theoretical paradigm that was called "post-critical" in the early 1990s. With the emergence of this new perspective, certain pedagogical truths become to be questioned, such as that which preaches the emancipatory power of knowledge, and the ideal of revolution present in critical-accent studies give way to an analytical perspective that seeks to operate micro-revolutions.

**Keywords:** Gilles Deleuze. Micro-revolutions. Educational Research.

---

<sup>1</sup> Pesquisa realizada com financiamento FAPESP.

**RESUMEN** El presente artículo procurará pensar los movimientos de difusión del pensamiento de Gilles Deleuze y Félix Guattari en Brasil, comprendiendo cómo la lectura de esos autores dialogó con los movimientos políticos que tomaron cuerpo en nuestro país en los años 1974-1990. Posteriormente, procuraremos pensar la apropiación de esos autores por los estudios del área educativa a partir del surgimiento del paradigma teórico que se convenció llamar "post-crítico" a principios de la década de 1990. Con el surgimiento de esta nueva perspectiva, ciertas verdades pedagógicas pasan a se cuestionan, como aquella que predica el poder emancipador del conocimiento, y el ideal de revolución presente en los estudios de acento crítico ceden lugar a una perspectiva analítica que busca operar microrrevoluciones.

**Palavras clave:** Gilles Deleuze. Microrrevoluciones. Investigación educativa.

## 1 INTRODUÇÃO

Em 1973, entre 21 e 25 de maio, Michel Foucault proferiu um conjunto de cinco conferências na *Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro* (PUC-RJ), posteriormente publicadas sob o título de *A verdade e as formas jurídicas* (FOUCAULT, 2009). Após cada apresentação, Foucault se disponibilizava a responder algumas perguntas do público, composto tanto por anônimos estudantes quanto por eminentes intelectuais brasileiros. Surpreende que, logo na abertura do debate, a primeira pergunta dirigida ao palestrante versasse não sobre o conteúdo de sua exposição, mas sobre a obra *O Anti-Édipo* de Gilles Deleuze e Félix Guattari (DELEUZE; GUATTARI, 2010) – publicada na França um ano antes, em 1972. “Depois da obra de Deleuze, *L’Anti-Oedipe*, como o senhor situa a prática psicanalítica? Ela estaria condenada ao desaparecimento?” (FOUCAULT, 2009, p. 127), indagava Roberto Oswaldo Cruz. Foucault não apenas respondeu-lhe, como aproveitou a ocasião para a elaboração de uma breve análise crítica do livro de seus conterrâneos:

A meu ver, no livro de Deleuze, o ambiente de versão mínima e máxima não é abordado com muita clareza – o que eles tentarão esclarecer em seu próximo livro – talvez por tratar-se de uma obscuridade voluntária. (...) A noção de esquizofrenia que encontramos no *Anti-Édipo*, é ao mesmo tempo talvez a mais geral e, conseqüentemente, a menos elaborada: espaço no qual todo indivíduo se situa. Essa noção de esquizofrenia não está clara (FOUCAULT, 2009, p. 128).



Hélio Pellegrino, psicanalista brasileiro, interveio, buscando levar a discussão para uma seara mais afeita ao tema abordado por Foucault em seu conjunto de conferências, qual seja: a figura de Édipo em Sófocles. Não obstante, evitando tocar no nome de Deleuze e Guattari, as teses anti-edípicas estavam implícitas em muitos dos argumentos do psicanalista brasileiro e, não por outro motivo, Foucault voltou novamente a discuti-las. A conversa se prolongou, até o momento em que, um tanto nervoso, o pensador francês se recusou a continuar respondendo em nome de Deleuze e Guattari: “Escutem. Aí fico um pouco embaraçado. Sou um pouco forçado a falar por Deleuze, e sobretudo num domínio que não é o meu. A psicanálise propriamente dita é ainda mais o domínio de Guattari do que o de Deleuze” (FOUCAULT, 2009, p. 134). O debate, finalmente, enveredou para outros assuntos.

Surpreende o quanto os debatedores estavam interessados em discutir as teses apresentadas no primeiro tomo de *Capitalismo & Esquizofrenia*, uma obra que sequer havia sido traduzida para o português, ao invés das interpretações foucaultianas sobre os protocolos de verdade em Sófocles. Busquemos fabular um pouco sobre esse manifesto interesse por parte de nossos psicanalistas pela obra de Deleuze e Guattari, autores que não contavam com nenhuma de suas obras publicadas em nosso país e que, diferentemente de Foucault, tampouco haviam visitado o Brasil.

Vivíamos, em 1973, sob os desmandos de um regime militar opressor. Muitos ativistas de esquerda, políticos, artistas e intelectuais foram expulsos de nosso país após sofrerem torturas e violências de muitas ordens. Autores estrangeiros considerados subversivos pela ditadura, como Karl Marx, eram proibidos de serem traduzidos e publicados (REIMÃO, 2011). Por esse motivo, muitos intelectuais e acadêmicos procuravam vencer a censura por meio da publicação de autores ainda pouco conhecidos no país, sobretudo aqueles que pareciam discutir temáticas pouco afeitas a um marxismo mais ortodoxo. Foi um momento, como nota Sandra Reimão (REIMÃO, 2011), no qual muitas obras de linguística e psicanálise receberam atenção por parte do mercado editorial brasileiro, bem como textos de filosofia que aparentemente não ousavam discutir política. Essas disciplinas pareciam passar incólumes pela censura, não obstante trazerem em seu bojo uma discussão política



que, para os censores menos atentos, era difícil de ser apreendida em uma leitura transversal.

Embora importante, a censura militar, por si só, não justifica a aproximação de nossa intelectualidade com esses pensadores. Havia, também, uma demanda oriunda sobretudo do movimento antipsiquiátrico brasileiro. No Brasil, curiosamente, esse movimento foi um dos poucos que conseguiu fazer circular ideias progressistas pelo país sem necessariamente ser incomodado pelo regime (AMARANTE, 1998). Obviamente houveram perseguições, sobretudo em relação àqueles que levantavam bandeiras em prol da redemocratização do país, mas, em linhas gerais, os militantes do movimento antipsiquiátrico conseguiam promover discussões e encontros com uma relativa facilidade.

Hélio Pellegrino, Roberto Oswaldo Cruz e outros que participaram do debate com Foucault, embora não se alinhassem abertamente com a corrente da antipsiquiatria, eram psicanalistas que levantavam a bandeira da reforma psiquiátrica (AMARANTE, 1998) e que conseguiram organizar discussões sobre uma série de autores franceses afeitos a algumas das principais temáticas então em voga na área – Robert Castel, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Michel Foucault e outros. Não por outro motivo, em 1973, esse grupo de psiquiatras conseguiu não só promover a vinda de Foucault para o país, como também empreender discussões acaloradas sobre o livro intitulado *O Anti-Édipo*, de Deleuze e Guattari (DELEUZE; GUATTARI, 2010), sem ser incomodado pelos mandatários do regime.

Passadas algumas décadas, com o fim da ditadura militar em nosso país, Deleuze e Guattari tornaram-se autores célebres. Praticamente todos os livros desses autores, escritos em parceria ou individualmente, receberam traduções e são muitos os pesquisadores dedicados ao estudo – sistemático ou não – do universo conceitual deleuziano, guattariano e/ou deleuzo-guattariano. Deleuze e Guattari são lidos e discutidos em universidades por todo o país, em disciplinas diversas tais como Filosofia, Psicologia, Sociologia, Educação, História, Artes Plásticas, Cinema e outras mais. A influência de seu pensamento, ademais, ultrapassa os muros universitários, tendo sido assimilado por movimentos artísticos, coletivos políticos, grupos anarquistas, organizações psiquiátricas etc. Não por outro motivo, François Dosse,



em sua *Biografia Cruzada* (DOSSE, 2010), argumentou que o Brasil quiçá fosse a terra da esperança da esquizoanálise, dada a nossa entusiástica recepção da filosofia de seus idealizadores.

Na Educação, campo de nosso interesse, os autores franceses passaram a ser discutidos e apropriados na virada para o século XXI. Nesse momento, vislumbrou-se (VINCI; RIBEIRO, 2018) um aumento substancial dos estudos inspirados pelo pensamento deleuziano e/ou deleuzo-guattariano. Nosso objetivo, com esse trabalho, é discutir o processo de difusão e as formas de apropriação do pensamento de Deleuze, Guattari e Deleuze-Guattari pelo Brasil, mormente no campo educacional. Para tanto, apresentaremos um breve panorama de como esses autores ingressaram e foram lidos em nosso país, compreendendo os muitos modos como os livros de Deleuze e Guattari circularam ao longo das décadas de 1970 e 1980. Nossa hipótese poderia assim ser descrita: as leituras de Deleuze e Guattari permitiram uma mudança de perspectiva em relação a uma certa cultura metafísica predominante na área ao operarem com um outro conceito de ciência. As pesquisas em Educação de acento deleuziano e/ou deleuzo-guattariano abdicaram de uma compreensão da ciência como *logos*, razão ordenadora, em prol de uma concepção de ciência como *poiesis*, razão criadora, mais interessada em promover microrrevoluções do que propriamente uma grande revolução redentora.

## 2 DELEUZE, GUATTARI E O BRASIL

É possível flagrar dois modos distintos de apropriação do pensamento de Deleuze e Guattari no Brasil (VINCI; RIBEIRO, 2015): um de caráter mais exegético, expresso sob a forma do comentário e preocupado na interpretação correta do aparato conceitual deleuziano e deleuzo-guattariano; e outro de caráter ascético, preocupado em articular as discussões empreendidas pelos pensadores franceses com as lutas políticas do período e promover, assim, uma verdadeira revolução nos modos de agir e pensar. Esses modos de apropriação, conforme notaram uma gama de autores (GUALANDI, 2003; DOSSE, 2010), não estiveram somente restritos ao nosso país,



Deleuze e Guattari sempre ensejaram tanto leituras analíticas de suas obras quanto leituras mais combativas.

Procuraremos, nessa sessão, discorrer sobre os movimentos de difusão desse pensamento, privilegiando compreender o modo como ocorreu sua inserção no mercado editorial brasileiro no intervalo 1974-1990. Justificamos tal recorte lembrando que, como sugere Reimão (REIMÃO, 2011), não é possível compreender a relação de nossa sociedade com determinados autores sem levar em consideração o quanto o nosso – restrito – mercado editorial seria afeito ou não a eles. Muitos autores, argumenta a autora, apesar da qualidade de seu trabalho de pensamento, jamais chegaram a ser estudados por nossa classe universitária ou mesmo comentado por um público mais amplo, graças às dificuldades de acesso aos seus livros. Não podemos ignorar um certo aspecto de nossa cultura, qual seja: embora as teses de Deleuze e Guattari fossem conhecidas de uma parcela da intelectualidade brasileiro em 1973, isso não significa que esses autores fossem estudados ou mesmo lidos por uma classe mais ampla de pessoas, provavelmente não o eram. A dificuldade na importação de livros, aliado ao baixo poder aquisitivo de uma parcela expressiva da população, indicam que, muitas vezes, nossa leitura dos grandes autores ou é feita de segunda mão, graças ao trabalho dos comentadores, ou por meio de fotocópias ilegais de livros importados ou recentemente publicados no exterior. Compreender o processo de difusão de um autor, por conseguinte, implica reconhecer essa especificidade cultural do país em questão, bem como atentar para a reação do mercado editorial local. Normalmente, ainda segundo Reimão (REIMÃO, 2011), quando passamos a contar com a tradução de uma ou outra obra, isso é sinal de uma demanda de mercado para um ou outro autor. Nesse sentido, perseguir esse rastro é se perguntar: de qual local partia a demanda por Deleuze e Guattari no Brasil?

Deleuze, bem como seu parceiro, Guattari, eram conhecidos do público brasileiro, como atesta a acalorada discussão de 1973 entre psicanalistas brasileiros e Foucault sobre as teses de *O Anti-Édipo*. Contudo, nenhum desses autores possuía um único livro publicado em nosso país. O primeiro livro de Deleuze traduzido para o português, em um excelente trabalho realizado por Luiz Roberto Salinas Fortes, foi *Lógica do Sentido*, publicado em 1974. Tratou-se de um livro dedicado a elaborar uma



teoria do sentido a partir de um diálogo travado por Deleuze com a obra de Lewis Carroll e com o pensamento estoico. Esgotados os primeiros exemplares dessa edição inaugural, um ano depois veríamos a reimpressão de uma nova leva de exemplares. Embora de tiragem baixa, o livro foi de um sucesso editorial sem precedentes. Um curioso adendo, nesse momento não se privilegiou a tese principal de Deleuze, *Diferença e Repetição*, que receberia uma tradução para o português somente em finais da década de 1980. Talvez por *Lógica do Sentido* discutir com certa tradição filosófica há muito estudada nas universidades, o estoicismo, acreditou-se que essa obra teria uma maior aceitação por parte do público brasileiro, não o sabemos.

Em 1976, por sua vez, três obras seriam lançadas simultaneamente, quais sejam: *Nietzsche e a filosofia*, pela extinta editora Rio; *Para Ler Kant* – nome dado à obra *A Filosofia Crítica de Kant* –, pela editora Francisco Alvez; e, por fim, a aguardada tradução de *O Anti-Édipo*, pela Imago e de responsabilidade de Georges Lamazière. À essa avalanche editorial, responsável por lançar no mercado importantes textos de Deleuze, seguiu-se a publicação, em 1977, de *Kafka: por uma literatura menor*, publicado dois anos antes na França.

Podemos observar, nesse momento, tanto uma predileção do nosso mercado editorial pelas obras nas quais Deleuze realiza um refinado trabalho de comentador, haja vista a escolha pela tradução de seus textos dedicados aos estoicos, Nietzsche e Kant; quanto um interesse pelas obras escritas em parceria com Guattari. Para muitos, nesse momento ao menos, Deleuze era reconhecido mais como um historiador da filosofia do que como propriamente um filósofo. Ainda não eram discutidos – ou não haviam sido publicados – os textos deleuzianos nos quais se discutia o papel repressor que a história da filosofia poderia exercer sobre o pensamento, por exemplo. Nesse sentido, muitas de suas obras eram utilizadas como suporte para leitura de outros autores de maneira indiscriminada, sem uma atenção as distorções interpretativas intencionais realizadas pelo autor francês – suas famosas *enrabadas*:

Sou de uma geração, uma das últimas gerações que foram mais ou menos assassinadas com a história da filosofia. A história da filosofia exerce em



filosofia uma função repressora evidente, é o Édipo propriamente filosófico. (...) Na minha geração muitos não escaparam disso, outros sim, inventando seus próprios métodos e novas regras, um novo tom. Quanto a mim, “fiz” por muito tempo história da filosofia, li livros sobre tal ou qual autor. Mas eu me compensava de várias maneiras. Primeiro, gostando dos autores que se opunham à tradição racionalista dessa história (e entre Lucrécio, Hume, Espinosa, Nietzsche, há sempre para um vínculo secreto construído pela crítica do negativo, pela cultura da alegria, o ódio à interioridade, a exterioridade das forças e das relações, a denúncia do poder..., etc.). O que eu mais detestava era o hegelianismo e a dialética. Meu livro sobre Kant é diferente, gosto dele, eu o fiz como um livro sobre um inimigo, procurando mostrar como ele funciona, com que engrenagens – tribunal da Razão, uso comedido das faculdades, submissão tanto mais hipócrita quanto nos confere o poder de legisladores. Mas minha principal maneira de me safar nessa época foi concebendo a história da filosofia como uma espécie de enrabada, ou, o que dá no mesmo, de imaculada concepção. Eu me imaginava chegando pelas costas de um autor e lhe fazendo um filho, que seria seu e, no entanto, seria monstruoso. Que fosse seu era muito importante, porque o autor precisava efetivamente ter dito tudo aquilo que eu lhe fazia falar. Mas que o filho fosse monstruoso também representava uma necessidade, porque era preciso passar por toda espécie de descentramentos, deslizos, quebras, emissões secretas que me deram muito prazer (DELEUZE, 2007, p. 14).

O texto acima, publicado originalmente em 1973, não era de conhecimento do público brasileiro - a primeira tradução desse escrito data de 1992. Natural, portanto, que a recepção de sua obra de comentador fosse feita, com raras exceções, de maneira acrítica.

Quanto ao interesse pelas obras derivadas de sua parceria com Guattari, temos de levar em consideração o impacto desse pensamento para o movimento psicanalítico brasileiro e Foucault, nesse sentido, teve um papel fulcral nesse processo. Conforme aponta Heliana Rodrigues (RODRIGUES, 2011), as conferências proferidas por Foucault em nosso país possibilitaram a criação das condições para que os pesquisadores ligados às ciências humanas e “psi” pudessem elaborar uma reviravolta em seus trabalhos, abrindo caminho para a assimilação de um pensamento como aquele erigido por Deleuze e Guattari. Embora *História da Loucura*, primeiro livro de Foucault traduzido para o português, só tenha sido lançado em 1978, o filósofo visitava-nos desde 1965.

Para podermos mensurar o impacto causado pelas teses dos autores de *Capitalismo & Esquizofrenia*, retomemos François Dosse. O historiador chegou a argumentar que: “de fato, o Brasil parece ser o único país em que o enxerto da esquizoanálise vingou de verdade. Ela foi inclusive assimilada por certos meios



acadêmicos e figura nos cursos de doutorado em psicologia clínica” (DOSSE, 2010, p.396). Prosseguindo em sua argumentação, Dosse apontou uma causa para tamanho sucesso, qual seja: “a sociedade miscigenada, fundamentalmente híbrida e mestiça como é a sociedade brasileira, talvez se preste mais do que as outras a essa labilidade da construção subjetiva, aos seus devires múltiplos e a uma subjetividade fundamentalmente heterogênea” (DOSSE, 2010, p.396). Tal explicação sugere uma forte ligação de Deleuze e Guattari com o Brasil, tese difícil de ser sustentada, ao menos em relação à época de escritura d’*O Anti-Édipo*.

O curioso, porém, é o fato de que Deleuze jamais tenha visitado o Brasil, diferentemente de seu parceiro intelectual. Guattari visitou-nos inúmeras vezes e sua influência nos movimentos políticos que tomaram corpo nas décadas de 1970 e 1980 não pode ser desconsiderada. Sua importância pode ser medida levando em consideração a rapidez com que sua obra seria traduzida e o fato de que muitos textos de sua lavra circulavam pelos jornais brasileiros – entre 1982 e 1991, por exemplo, o jornal *Folha de S. Paulo* traduziria 9 textos de Guattari (VINCI; RIBEIRO, 2015), além de diversas entrevistas com o psicanalista.

Em 1981, a obra *A Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo* de Guattari, livro que abarca toda *La Révolution Moléculaire* mais os textos de *Psychanalyse et Transversalité* e ainda alguns inéditos, é lançada e dentro de pouco tempo encontrar-se-ia esgotada. Um ano depois, por ocasião de mais uma visita do psicanalista ao Brasil, é publicado *Félix Guattari entrevista Lula*, uma entrevista realizada por ele com o principal líder sindical do período e futuro presidente do país.

Guattari não negava o seu entusiasmo para com os movimentos que tomavam corpo no Brasil, enxergando em muitos deles traços de sua revolução molecular. Em livro escrito conjuntamente com Suely Rolnik, também publicado na década de 1980, ao ser questionado sobre sua admiração por aquilo que via no Brasil, o psicanalista comentou:

Sim, eu acredito que exista um povo múltiplo, um povo de mutantes, um povo de potencialidade que aparece e desaparece, encarna-se em fatos sociais, em fatos literários, em fatos musicais. É comum me acusarem de ser exageradamente, bestamente, estupidamente otimista, de não ver a miséria dos povos. Posso vê-la, mas... não sei, talvez eu seja delirante, mas penso que estamos num período de produtividade, de proliferação, de criação, de



revoluções absolutamente fabulosas do ponto de vista dessa emergência de um povo. É isto a revolução molecular: não é uma palavra de ordem, um programa, é algo que eu sinto, que eu vivo, em encontros, em instituições, nos afetos, e também através de algumas reflexões (GUATTARI; ROLNIK, 2010, p.9).

Muitos intelectuais, contudo, enxergavam com desconfiança a interferência de Guattari nos movimentos políticos da época. Na revista *Nova Escrita/Ensaio*, publicação de matriz gramsciana ligada ao PT, José Chasin, editor do periódico em questão, afirmou ser aquela publicação uma “trincheira da razão dialética”, na qual se privilegiaria leituras de Luckacs e Gramsci em detrimento dos novíssimos e alegres filósofos franceses – Michel Foucault e Félix Guattari (CHASIN *apud* DOSSE, 2010).

Não obstante certo atrito com alguns militantes de esquerda, o psicanalista francês contribuiu para muitas das lutas que tomaram corpo no período. Ao longo da década de 1980 e início dos anos 90, por exemplo, Guattari reuniu-se, diversas vezes, com grupos engajados na criação de rádios piratas e outros militantes em prol de uma comunicação alternativa. Enxergava, nesses movimentos, uma forma de resistência aos meios de comunicação de massa, uma forma de se criar um outro modo de partilha sensível. Em 1986, realizou uma conferência na PUC-SP sobre o tema, e em 1991 retornaria ao país para se reunir novamente com os entusiastas dessa modalidade de mídia (VINCI; RIBEIRO, 2015). Textos de sua lavra sobre uma era pós-midiática passaram a circular aqui e acolá, sendo lidos e comentados em espaços diversos. Sua influência nesse campo, o embrião do que hoje chamamos de mídias livres, não pode ser desconsiderada.

Longe desse cenário político, marcado pela influência do pensamento de Guattari, as universidades brasileiras, ao longo da década de 1980, começam a ler e se interessar novamente por Gilles Deleuze de maneira mais atenta, não obstante lenta. São publicados alguns de seus principais livros: *Apresentação de Sacher-Masoch*, em 1983; *Cinema I: A imagem-movimento*, em 1984; *Proust e os signos*, em 1987; *Foucault*, em 1988; e, por fim, *Diferença e Repetição*, também em 1988. Importantes filósofos brasileiros começam não só a estudar o pensamento deleuziano, como tornam-se importantes divulgadores desse pensamento nas academias de todo o país. Ressaltamos aqui os nomes de Bento Prado Jr., Luiz Orlandi, Roberto Machado, Peter Pal Pelbart e Suely Rolnik.



Esse interesse universitário promoveu, como nota Carlos Escobar (ESCOBAR, 1991), uma mudança de atitude na maneira como o pensamento deleuziano era apropriada pelos intelectuais brasileiros. Ao longo das décadas de 1970 e 1980, Guattari era um autor mais lido e comentado do que Deleuze propriamente, por conta de sua influência nos movimentos políticos surgidos na época. Cenário que começou a se inverter em meados da década de 1980, conforme as universidades passaram a ler as obras do autor de *Diferença e Repetição* de maneira mais detida. Até então, Deleuze era lido por alguns poucos psicanalistas, autores que, como nota Escobar, seriam estéreis “em publicações, reflexões próprias e originalidade de ideias” (ESCOBAR, 1991, p. 7). Tal grupo ficaria marcado na história por conta de um hábito pouco usual: em pleno verão carioca, optavam por travestir-se de Deleuze e andar pela orla marítima com seus sobretudos e chapéus, afora suas unhas compridas, em busca de um acontecimento. Em meados da década de 1980, porém, uma série de importantes intelectuais passaram não só a traduzir Deleuze, mas também a publicar artigos e livros de comentários, ressaltando a seriedade e a importância de seu pensamento para o campo filosófico.

A escrita em parceria com Guattari, porém, foi relegada a um segundo plano e só voltaria a receber a devida atenção nos anos 1990. Nesse momento, Eric Alliez, um importante pensador que esteve no Brasil por conta de um convite do *Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas* (CBPF), passa a integrar o corpo editorial da recém-inaugurada Editora 34. Será por essa casa editorial que obras como *Mil Platôs* e *O que é a Filosofia?*, ambas da lavra de Deleuze e Guattari, seriam publicadas.

Hoje, ambos os autores contam com tradução para o português de quase todos os seus livros e textos. Muitas das obras de Guattari publicadas na década de 1980, porém, encontram-se esgotadas e sem previsão de lançamento. Diferentemente do que ocorreu naquele momento, atualmente é o nome de Deleuze que passa a figurar com maior destaque no cenário intelectual brasileiro. Guattari passou a ser visto como um coadjuvante e apenas recentemente deparamos com tentativas pontuais de resgate do seu legado.

Observando as flutuações do mercado editorial, podemos atentar para os modos como Deleuze e Guattari foram apropriados e lidos, as diferenças de atitude



de nossos intelectuais para com sua obra e outras nuances. Ademais, podemos depreender que, enquanto vivíamos a sombra da ditadura militar, o pensamento militante e combativo de Guattari era considerado por muitos como mais adequado para a época. Seu estilo político, suas análises institucionais mais duras justificavam essa aproximação. Com a redemocratização, Deleuze passou a ser lido com mais afinco e assumiu um local de destaque. Na década de 1990, com a publicação da coleção *Capitalismo & Esquizofrenia* e *O que é a Filosofia?*, uma nova apropriação do pensamento desses autores ocorrerá, uma apropriação interessada em promover microrrevoluções ao invés de uma grande revolução e é nesse cenário que a educação buscará apropriar-se do pensamento de Deleuze e Guattari.

### 3 DA REVOLUÇÃO À MICRORREVOLUÇÃO

No Brasil, as décadas de 1970 e 1980 foram os momentos em que, no campo educacional, privilegiou-se a chamada abordagem crítica. Marcada por autores de linhagem marxista, mormente aqueles ligados à Escola de Frankfurt, os estudos educacionais buscavam pensar e fomentar formas de emancipação dos sujeitos por meio do conhecimento. A escola, espaço de circulação do saber, seria o ambiente propício para tirar o véu ideológico de certas práticas sociais que impediriam os sujeitos de se libertarem de sua condição de minoridade.

Fundamentada nos ideais da modernidade e do iluminismo, tal corrente centrou esforços na cobrança das promessas não cumpridas pela educação liberal: de acesso universal, de igualdade de tratamento e de não discriminação etc. Em suma, nos estudos desenvolvidos nesse período sob a alcunha de teoria crítica: “a educação liberal e capitalista era condenada não por seus ideais, mas pela falta de sua realização” (SILVA, 1995, p.246). Parte dessa atitude era decorrente, de acordo com Tomaz Tadeu da Silva (SILVA, 1995), do corolário da atitude crítica convencional, uma estreiteza de certos instrumentos analíticos que os levaram a crer que a mera remoção de alguns obstáculos, resultantes do funcionamento de uma organização econômica espúria, levaria à educação autêntica e legítima. De tal forma que:



o projeto crítico de educação esteve sempre sob pressão para definir uma alternativa concreta, prática, à educação, à pedagogia e ao currículo existentes. (...) Se existe algo de espúrio nos arranjos educacionais existentes, devido a seus vínculos com a organização capitalista, então pode-se vislumbrar uma outra situação, não-contaminada por esses vínculos, um arranjo educacional finalmente puro e libertado das injunções de poder. (SILVA, 1995, p.259)

A década de 1990, por sua vez, veria o surgimento de um rincão teórico que convencionou-se chamar de *pós-crítico*. No que podemos reconhecer os estudos *pós-críticos*? Em primeiro lugar, esses estudos alinharam-se à corrente de pensamento que se convencionou chamar de *pós-estruturalismo*<sup>2</sup> em oposição à uma filosofia muito influente até então: aquela dita estruturalista. Qual a inovação apresentada por esse pensamento *pós-estrutural*? Olgário Matos, ao analisar essa corrente de pensamento, argumenta

Seja com suas leituras filosóficas da história da filosofia, seja em escritos sobre as artes, ciências ou política, mostra que uma leitura filosófica não se esgota na aplicação de metodologias de leitura: o texto fala a partir da relação que se estabelece com ele. A linguagem nele articulada só se manifesta à medida que a leitura se exerce como elaboração, desdobramento de subentendidos e pressupostos, com o que a leitura se dá como compreensão e interpretação – aquela que reconstrói, no ato de ler, um imaginário oculto. Passa-se, assim, do sentido denotativo para o conotativo (MATOS, 2004, p.200-201).

Evitando apresentar uma exegese final dos textos/documentos analisados, a essência irrefutável de um escrito tal qual os estruturalistas procuraram fazer, os autores *pós-estruturalistas* buscavam dialogar com o espaço de experiência de seus leitores. Procuravam fomentar uma leitura aberta e envolvente, resultante de um procedimento analítico que é da ordem da afecção mais do que da exegese (VINCI;

---

<sup>2</sup>A expressão *pós-estruturalismo* é comumente associada a um heterogêneo conjunto de pensadores, dentre os quais destacamos: Michel Foucault, Gilles Deleuze, Jacques Derrida, Jean Baudrillard, Jean-François Lyotard etc. De acordo com Michael Peters: “O pós-estruturalismo deve ser visto como um movimento que, sob a inspiração de Friedrich Nietzsche, Martin Heidegger e outros, buscou descentrar as ‘estruturas’, a sistematicidade e a pretensão científica do estruturalismo, criticando a metafísica que lhe estava subjacente e estendendo-o em uma série de diferentes direções, preservando, ao mesmo tempo, os elementos centrais da crítica que o estruturalismo fazia ao sujeito humanista” (2000, p.10). A locução *pós-estruturalismo*, entretanto, carrega consigo um alto teor de imprecisão e generalização, uma vez que tal etiqueta conceitual seria incapaz de dar conta da extensão de programas filosóficos tão distintos entre si. Contudo, por ser um termo recorrente e comumente associado aos nomes dos filósofos supracitados, optamos por mantê-lo em nosso texto, utilizando-o em itálico, indicativo de nossa posição crítica em relação ao mesmo. Sobre a origem da expressão e os problemas em sua adoção remetemos o leitor à (VINCI, 2017).



RIBEIRO, 2015), antes procurando produzir no leitor certos efeitos em vez de conduzi-lo à constatação de uma determinada certeza. Dessa maneira, o significado pós-estrutural dado a um texto/documento é sempre fruto de uma construção ativa, “radicalmente dependente da pragmática do contexto” (MATOS, 2004, p.208).

Como esse pensamento irá influenciar os estudos ditos *pós-críticos* em educação? Criticando sobretudo a centralidade do sujeito nos discursos críticos, sempre apresentado como um objeto a ser talhado pelas práticas educacionais modernas, bem como os valores universais que regeriam as práticas pedagógicas suas contemporâneas, os adeptos dessa nova abordagem teórica apregoaram a necessidade de abandonar as velhas categorias que regeriam o pensamento educacional em prol de um novo modo de pensarmos a Educação, mais afetivo. Descrentes nas potencialidades emancipatórias do conhecimento, tal qual defendiam os autores da vertente crítica, os *pós-críticos* apostaram na importância do abandono de todo e qualquer traço prescritivo ou, em outros termos, a recusa de operar de acordo com uma cultura metafísica tal qual a define Julio Groppa Aquino (AQUINO, 2015).

Como podemos compreender essa cultura metafísica presente na área? Conforme nota Aquino (AQUINO, 2015), a acentuada presença no campo educacional de palavras de ordem propagadoras de valores universais – formar o cidadão crítico, emancipar o sujeito, produzir uma sociedade melhor etc. –, teria constituído uma cultura metafísica responsável por impedir os pesquisadores da área de observar o cotidiano escolar em toda a sua potência. Tal cultura, carregada de valores universais, seria a responsável por conferir às pesquisas educacionais um pesado lastro metafísico, ao fundamentar uma perspectiva analítica que só se justificava na medida em que prometia lutar por um futuro melhor, ignorando e denegrindo o presente ou o cotidiano escolar. Em outras palavras, as pesquisas educacionais envoltas dessa dita cultura metafísica focalizariam mudanças de valores mais do que modificações locais no espaço escolar. Abandonar tal cultura, tal qual os estudos *pós-críticos* buscam realizar em seus trabalhos, não significa deixar de se engajar por um futuro melhor ou algo que o valha, mas mudar a perspectiva e o modo de abordar os problemas educacionais. Doravante, não se trata mais de pensar a realidade escolar à luz de



valores universais e/ou de certa moral, mas pensá-los sem necessidade de se remeter a um alhures para justificar e/ou compreender os seus erros ou seus acertos.

A perspectiva crítica, prossegue Aquino (AQUINO, 2015), estaria grávida dessa cultura metafísica, pois em seu interior vigoraria um desejo de operar uma revolução, emancipando os sujeitos das amarras ideológicas por meio da propagação de um saber. Ora, essa visão de mundo condicionaria e restringiria as práticas e o pensamento pedagógico, uma vez que tudo aquilo elaborado pelos pesquisadores em Educação e pelos educadores em sala de aula deveria mirar sempre um alhures, algum valor suprassensível. Aqueles que atuam no campo, portanto, não conseguiriam se focar nos movimentos e fluxos próprios do presente, nas microrrevoluções possíveis que poderiam ser operadas no aqui e agora. Os estudos de caráter *pós-crítico*, nesse sentido, viriam propor essa mudança de perspectiva, mormente aqueles interessados nas discussões empreendidas por Deleuze e Guattari<sup>3</sup>. Ao invés da grande revolução, os pequenos acontecimentos.

Essa tendência de pensamento, *pós-crítica*, não deixava de dialogar com outros tantos movimentos que haviam tomado corpo em década anterior, tanto no campo dos chamados Estudos Culturais quanto no interior do próprio grupo crítico. Os Estudos Culturais, surgidos na década de 1980, ficaram conhecidos como uma linha de pesquisa que concebia a educação como um processo sociocultural definido por relações complexas de significação e aculturação. Muito afeita aos estudos desenvolvidos por Foucault e Pierre Bourdieu, os autores desse campo começaram a elaborar as primeiras críticas ao pensamento racionalista iluminista sem, contudo, abdicar de seus preceitos maiores, abrindo caminho para adoção daquela perspectiva mais radical representada pelo grupo *pós-crítico*.

Os próprios autores do movimento crítico, ademais, também se demonstravam insatisfeitos com os rumos de seus trabalhos. Lucia Aranha (ARANHA, 1992), por exemplo, publicara um interessante balanço da corrente crítica em início da década

---

<sup>3</sup> Não obstante associarmos os estudos de caráter *pós-crítico* com aqueles de acento deleuziano e deleuzo-guattariano, esses últimos possuem sua diferença. Enquanto o *pós-crítico* busca demarcar uma posição combativa em relação aos estudos críticos, as pesquisas inspiradas em Deleuze e Deleuze-Guattari adotam uma atitude mais inventiva, preocupados em criar outras questões e perguntas. Sobre essas diferenças pontuais, remetemos o leitor a Vinci (2017).



de 1990. Em *Pedagogia Histórico-Crítica: o otimismo dialético em Educação*, a autora arrolou as muitas correntes e divergências vigentes no interior do campo de estudos críticos, chegando a apontar o esgotamento do paradigma que o anima e a necessidade de buscar outros ares teóricos por parte dessas investigações. O parecer final de Aranha (1992) é o de que os estudos críticos vivenciavam uma crise sem precedentes, advinda dos limites inerentes ao próprio pensamento crítico e que o tornaram incapaz de acompanhar as mudanças políticas e sociais posteriores à falência do projeto histórico socialista, sendo importante estabelecer um diálogo com outros discursos de forma a tornar possível a compreensão dos novos fenômenos sociais (ARANHA, 1992).

Percebemos, assim, que os estudos educacionais, de uma maneira geral, vivenciavam uma crise de paradigma sem precedentes quando emergiram as pesquisas de acento *pós-crítico*. Os ideais de uma educação emancipadora passaram a ser duramente criticados, bem como a cultura metafísica a ela atrelada, e a aquisição do conhecimento já não despontava como uma via necessária para a grande revolução e assim por diante. As balizas norteadoras, ou a cultura metafísica, que animava as pesquisas de então começou a ser problematizada. O que significou essa mudança? De um modo geral, podemos dizer que se passou a desconfiar do ideal revolucionário, no qual a educação teria um importante papel emancipador a desempenhar, em prol de um pensamento que buscava pensar modos de atuar no cotidiano trivial ou, se o preferir, promover microrrevoluções possíveis.

Essa microrrevolução vislumbrada pelos estudos educacionais estaria, agora, atrelada à possibilidade de construção das próprias questões. Antes, à guisa de exemplo, podemos dizer que as pesquisas em Educação questionavam: o que fazer para aprimorar um processo de educação emancipadora em curso? Ou, ainda, como emancipar por meio da transmissão de conhecimento? Uma boa parte das questões formuladas pelos estudos de caráter crítico portavam um lastro metafísico, ou seja, alguns fundamentos que lhe serviam de norte. A maioria dos autores não ousava questionar a relação conhecimento-emancipação, tampouco abdicar de pensar uma educação voltada ao esclarecimento do sujeito. Esses eram elementos dados como naturais, circulavam no campo da cultura sem jamais serem questionados (RIBEIRO,



2011). Os estudos de acento *pós-crítico*, mormente os deleuzianos e deleuzo-guattariano<sup>4</sup>, recusavam essas perguntas impostas pela cultura e procuravam criar os seus próprios problemas.

Desde *Bergsonismo*, Deleuze atentava para essa necessidade de passarmos a criar as nossas próprias problematizações. Dizia-nos o autor:

Com efeito, cometemos o erro de acreditar que o verdadeiro e o falso concernem somente às soluções, que eles começam apenas com as soluções. Esse preconceito é social (pois a sociedade, e a linguagem que dela transmite as palavras de ordem, “dão”-nos problemas totalmente feitos, como que saídos de “cartões administrativos da cidade”, e nos obrigam a “resolvê-los”, deixando-nos uma delgada margem de liberdade). Mais ainda, o preconceito é infantil e escolar, pois o professor é quem “dá” os problemas, cabendo ao aluno a tarefa de descobrir-lhes a solução. Desse modo, somos mantidos em escravidão. A verdadeira liberdade está em um poder de decisão de constituição dos próprios problemas: esse poder, “semidivino”, implica tanto o esvaecimento de falsos problemas quanto o surgimento criador de verdadeiros (DELEUZE, 2012, p. 11).

Evidencia-se, aqui, um dos principais pontos de discórdia entre uma abordagem educacional inspirada em Deleuze e/ou Deleuze-Guattari e aquelas de acento crítico. Para os críticos, a saída da menoridade consistiria na descoberta da solução – criada sempre de véspera – para certos problemas postos no campo social, pela tentativa de realizar e propagar os valores norteadores de uma certa cultura metafísica. Para os pesquisadores pós-críticos, porém, essas questões que circulam aqui e acolá apresentariam falsos-problemas, os verdadeiros problemas estariam ainda para serem criados. E criação, como o notam Deleuze e Guattari (1992), é uma forma de resistir ao presente e isso implica a adoção de uma outra atitude por parte do pesquisador, implica a adoção de uma poética do pesquisar.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que significa resistir ao presente na acepção deleuzo-guattariana, como ela se apresenta para os autores do campo educacional e de que modo essa perspectiva

---

<sup>4</sup> Se optamos por não falar em estudos educacionais de acento guattariano, isso se deve ao contexto nacional no qual Guattari, a partir da década de 1990, deixou de ser lido e comentado em nosso país. Para maiores detalhes sobre esse cenário, bem sobre o impacto de Guattari nas pesquisas educacionais, ver Vinci e Ribeiro (VINCI; RIBEIRO, 2018).



se afasta das propostas de assento crítico? Em primeiro lugar, é necessário compreender que, para Deleuze e Guattari, criar é ultrapassar certos limites, produzindo novos modos de pensar e de viver. Nesse sentido, como defenderam os autores (1992), essas criações não estariam rascunhadas de véspera. Não haveria uma resposta adequada a ser dada ao presente, uma vez que o presente não está dado por inteiro, mas encontra-se em constante mudança. Por esse motivo, em conversa com Claire Parnet, Deleuze argumentou não acreditar piamente na ideia de revolução, preferindo ater-se ao conceito de devir-revolucionário das pessoas:

Em vez de apostar na eterna impossibilidade da revolução e no regresso fascista de uma máquina de guerra em geral, por que não pensar que um novo tipo de revolução está em vias de devir possível, e que toda espécie de máquinas mutantes, vivas, fazem guerras, se conjugam, e traçam um plano de consistência que mina o plano de organização do Mundo e dos Estados? (...) A questão do futuro da revolução é uma má questão, porque, enquanto se coloca, há inúmeras pessoas que não devem revolucionárias, e ela é feita precisamente para isso, para impedir a questão do devir-revolucionário das pessoas, a todos os níveis, em qualquer lugar (DELEUZE; PARNET, 2004, p. 176).

O embate contra o presente deve ser algo constante, ininterrupto. Não se deve ter, portanto, um inimigo definido de véspera, uma vez que o inimigo de ontem não necessariamente é aquele de hoje e tampouco será o de amanhã. Em Deleuze e Guattari deparamos com um processo infinito de confrontação com o presente que exige criatividade. Ser criativo é recusar as perguntas e respostas colocadas no campo social, problematizando-as e buscando criar outras saídas dos estados de opressão vigentes. Porém, significa também não se acomodar com as respostas dadas, uma vez que elas também podem vir a se configurar como mais um fascismo entre outros. Criar exige entregar-se a um eterno processo de reinvenção de si e do mundo, pois.

Para o campo educacional, isso implica o fim de qualquer ciência pautada em um *logos*, uma razão ordenadora. Antes, o ato de pesquisar deveria rascunhar e ordenar o real, torná-lo palpável para ser, assim, melhor dominado. Por meio do *logos*, a razão assumiria o papel de ordenadora do mundo, devendo dizer daquilo que existe e apontando para maneiras adequadas de intervir. Fazer ciência, portanto, era pensar os problemas colocados em uma determinada área de saber e buscar respondê-los



da melhor forma possível. Em educação, isso significava a proposição de processos adequados para se atingir determinados fins estabelecidos *a priori* – a cultura metafísica, denunciada por Aquino (AQUINO, 2015).

O pensamento deleuziano e deleuzo-guattariano recusa essa fórmula. Antes, a ciência seria da ordem de uma *poiesis*, razão criadora. Seu intuito não é intervir no real, mas confrontá-lo por meio da criação de outros possíveis ainda não configurados pelo campo da cultura. Essa afronta, ou resistência ao presente, implica na elaboração e na experimentação de problemas inusitados, singulares. Pensar outros possíveis, não configurados de véspera e sem nenhum lastro metafísico. Para o campo educacional, especificamente, isso significa experimentar questões sem sustentação exterior, elaborar problemas cuja resposta não seja a formação do cidadão crítico, a emancipação humana ou coisa que o valha. Elidir, assim, com velhas categorias para que o novo surja. É nessa esfera que a microrrevolução tornar-se possível.

Microrrevolução como um incessante e interminável jogo de problematizações com o presente. No qual não há ponto de chegada, uma vez que só existe a criação e esta configura-se como um processo infinito. Criar implica em não se conformar com o objeto criado, não havendo, portanto, teleologia ou algo que o valha. Não há algo a ser conquistado, tal qual na revolução. Por esse motivo, diferentemente dos estudos críticos, os estudos pós-críticos assumem uma postura combativa que pressupõem uma eterna luta com aquilo que está dado, e pressupõem, ainda, que jamais haverá descanso para o pensamento, uma vez que sempre serão necessárias outras criações para se livrar dos fascismos cotidianos.

Cabe àqueles que estudam em companhia de Deleuze, Guattari e Deleuze-Guattari, assumir essa postura inventiva, pensando em suas ciências como uma verdadeira *poiesis*. Livrando-se, assim, de todo e qualquer postulado, bem como de toda e qualquer cultura metafísica e de qualquer esperança de descanso ou apaziguamento. Lembrando-se sempre que “enquanto o pensamento for livre, portanto vital, nada estará comprometido; quando deixa de o ser, todas as outras opressões tornam-se igualmente possíveis, e, uma vez realizadas, qualquer ação se torna culpável, e toda a vida ameaçada” (DELEUZE, 2002, p. 10).



**CHRISTIAN FERNANDO RIBEIRO GUIMARÃES VINCI**

Professor Adjunto VI da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e Pós-doutorando em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), bacharel em Filosofia e História pela mesma universidade. Integrante do grupo CNPQ denominado CoPERP - Coletivo de Pesquisadores sobre Educação e Relações de Poder.

**REFERÊNCIAS**

AMARANTE, P. (coord.). *Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1998.

AQUINO, J. G. A crítica educacional como recusa à metafísica pedagógica. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, v. 24, n. 56, p. 35-364, mai-ago 2015.

ARANHA, L. *Pedagogia Histórico-Crítica: o otimismo dialético em Educação*. São Paulo: Educ, 1992.

DELEUZE, G. *Espinosa: Filosofia prática*. São Paulo: Escuta, 2002.

DELEUZE, G. *Conversações*. Trad. de Peter Pal Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2007.

DELEUZE, G. *Bergsonismo*. Tradução de Luiz B. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2012.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O que é a Filosofia?* Trad. de Bento Prado Jr. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O Anti-Édipo*. Trad. de Luiz B. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2010.

DELEUZE, G.; PARNET, C. *Diálogos*. Lisboa: Relógio D'água, 2004.

DOSSE, F. *Gilles Deleuze e Félix Guattari: biografia cruzada*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

ESCOBAR, C. Apresentação. ESCOBAR, C. (org.) *Dossier Deleuze*. Rio de Janeiro: Hólon Editorial, 1991. p. 7-8.

FOUCAULT, M. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Trad. de Roberto Machado e Eduardo Morais. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2009.

GUALANDI, A. *Deleuze*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.



GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Revoluções Moleculares*. São Paulo: editora Vozes, 2010.

MATOS, O. "A filosofia francesa no Brasil: a pragmática da leitura humanista". In: PERRONE-MOISÉS, L. (org.). *Do Positivismo à Desconstrução: Idéias francesas na América*. São Paulo: EDUSP, 2004. pp.195-215.

PETERS, M. *Pós-Estruturalismo e Filosofia da Diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

REIMÃO, S. *Repressão e Resistência: censura a livros na ditadura militar*. São Paulo: Edusp/FAPESP, 2011.

RIBEIRO, C. R. 'Pensamento do Fora', conhecimento e pensamento. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 3, p. 613-638, set-nov. 2011.

RODRIGUES, H. de B. C. Michel Foucault no Brasil: esboços de história do presente. *Verve*, São Paulo, n. 19, p. 93-112, 2011.

SILVA, T. T. da. O projeto educacional moderno: identidade terminal. VEIGA-NETO, A. (org.). *Crítica pós-estruturalista e educação*. Porto Alegre: Sulina, 1995.

VINCI, C. F. R. G. O pensamento pós-estruturalista na pesquisa educacional brasileira: um possível itinerário. *RESAFE – Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação*, Brasília, v. 14, n. 27, p. 42-58, nov/2016-abr/2017.

VINCI, C. F. R. G.; RIBEIRO, C. R. Implicações midiáticas e acadêmicas nos modos de apropriação do pensamento de Gilles Deleuze e Félix Guattari para o debate em educação no Brasil. *ETD - Educação Temática Digital*, Campinas, v. 17, n.1, p. 125-141, jan-abr. 2015.

VINCI, C. F. R. G.; RIBEIRO, C. R. Experimentações com a pesquisa educacional deleuze-guattariana no Brasil. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 23-44, jan-mar 2018.